



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**258ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Ata da ordem do dia 20 e 21 de setembro de 2017

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 258ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF

Data: 20 e 21/09/2017

1 Aos vinte e vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e dezessete teve início a 258ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Sr.
3 Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Estiveram presentes
4 os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Carmen Lúcia Lopes
5 Fogaça, Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; Conselheira
6 Titular Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de
7 Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO; Conselheiro Suplente Samuel Rodrigues,
8 Representante do Fórum Nacional da População de Rua; Conselheira Titular Clátia Regina Vieira,
9 Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e
10 Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheiro Suplente Leovane Gregório, Representante do
11 Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira,
12 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social - CNTSS;
13 Conselheira Suplente Silvia Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto Pescar;
14 Conselheira Suplente Tathiane Aquino Araújo, Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans
15 no Brasil – REDE TRANS/SE; Conselheira Suplente Elisa Maciel Costa, Representante da
16 Associação Mayle Sara Kali; Conselheira Titular Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho,
17 Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE; Conselheiro
18 Suplente Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento
19 Integral – CADI; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da Capemisa
20 Instituto de Ação Social; Conselheiro Titular Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João
21 Bosco – Salesianos; Conselheira Titular Maria Amélia Sasaki, Representante do Ministério do
22 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Mariana de Souza Machado Neris,
23 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Edna

24 Aparecida Alegro, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi –
25 FENAPESTALOZZI; Conselheira Suplente Marisa Rodrigues da Silva, Representante do
26 Colegiado Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS; Conselheira Suplente Marília Paiva
27 de Carvalho, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira
28 Suplente Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento
29 Social - MDS; Conselheira Suplente Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do
30 Desenvolvimento Social/MDS; Conselheira Suplente Caroline Miranda Sampaio, Representante do
31 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Laís Maranhão Santos
32 Mendonça, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular
33 Leísa Mendes de Sousa, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência
34 Social – FONSEAS; Conselheira Cleonice Caetano Souza, Representante da Central Sindical União
35 Geral dos Trabalhadores – UGT; Conselheira Maria Izabel de Amorim, Representante do
36 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro Suplente Josenir Teixeira,
37 Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – DF. **ABERTURA**
38 **20/09/2017:** O Conselheiro Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência
39 Social e Representante Titular do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, iniciou a reunião
40 cumprimentou a todos e solicitou que a Secretária Executiva realizasse a verificação do quórum.
41 Verificado o quórum, Presidente Fábio Moassab Bruni deu as boas as Conselheiras Cleonice
42 Caetano Souza e Leísa Mendes de Sousa e colocou para aprovação dos conselheiros a Ata da 257ª
43 Reunião Ordinária do CNAS e não havendo nenhuma manifestação contrária, a ata foi aprovada.
44 Prosseguindo, informou que a pauta é composta por: Dia 20/09: 09h00 as 09h30 – Aprovação da
45 Ata da 257ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 258ª Reunião Ordinária do CNAS; 09h30 as
46 11h00 – Informes da Presidência, Secretária Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e
47 Conselheiros; das 11h00 as 12h00 – Relato da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional
48 de Assistência Social; das 14h00 as 16h00 – Painel – O Perfil dos Usuários do SUAS no Recorte de
49 Gêneros e Empoderamento das Mulheres na Participação das Políticas de Assistência Social; das
50 16h00 as 18h00 – Balanço dos Serviços de Acolhimento. Dia 21/09 – Continuação da 258ª Reunião
51 Ordinária do CNAS – das 09h00 as 10h00 – Relato da Presidência Ampliada; das 10h00 as 11h00 –
52 Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 11h00 as 12h00 -
53 Relato da Comissão de Normas da Assistência Social; das 14h00 as 15h00 - Relato da Comissão de
54 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 15h00 as 16h00 – Relato da Comissão

55 de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda as Assistência Social; das 16h00 as
56 17h00 - Relato da Comissão de Políticas da Assistência Social; das 17h00 as 18h00 – Relato da
57 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais. O Conselheiro Carlos
58 Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos, cumprimentou a todos e
59 solicitou que o relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social seja
60 realizado no período da manhã devido à relevância que a proposta orçamentária possui. O
61 Presidente Fábio Moassab Bruni arrazoou que terão que realizar algumas alterações na pauta visto
62 que não foi realizada a reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências,
63 sugerindo alterar os informes para o período da manhã do dia 21 de setembro. A Sra. Maria das
64 Mercês de Avelino Carvalho informou que justificaram as ausências: Conselheira Elcimara Rangel,
65 na Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF, nos dias 12 e 13 de setembro, devido
66 problemas de saúde e nessa reunião ordinária devido a compromissos institucionais; a Conselheira
67 Máira Almeida, nos dias 18, 19 e 20, devido a compromissos institucionais; a Vice-Presidente
68 Rosângela Maria Soares dos Santos, nessa reunião ordinária, por estar representando o CNAS na
69 Conferência Estadual de Assistência Social de Roraima que acontece nessa mesma data; o
70 Conselheiro Josenir Teixeira, nos dias 19 e 20 de setembro, por estar representando o CNAS no
71 Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Imigrantes
72 no Rio de Janeiro nessa mesma data; o Conselheiro Luís Otávio Pires de Farias, nessa reunião
73 ordinária, devido a férias nesse período; o Conselheiro Clodoaldo Oliva, nessa reunião ordinária,
74 devido a compromissos institucionais; a Conselheira Nayara Furtado, nessa reunião ordinária,
75 devido a férias nesse período; a Conselheira Elisa Maciel Costa, no dia 21 de setembro, devido a
76 compromissos institucionais; a Conselheira Solange Teixeira, nessa reunião ordinária, por estar
77 representando o CNAS na Conferência Estadual de Assistência Social de Mato Grosso do Sul.
78 Seguindo para relato da Reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de
79 Assistência Social realizada no dia 09 de setembro de 2017, o Presidente Fábio Moassab Bruni
80 explicou que foi uma reunião diferenciada, uma vez que contou com a presença da Comissão de
81 Colaboradores da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Elencou os membros,
82 convidados e participantes presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: I)
83 Apresentação das Orientações Técnicas para a Realização da 11ª Conferência Nacional de
84 Assistência Social. Encaminhamento: A Comissão Organizadora sugere a continuidade do trabalho
85 desenvolvido pela Comissão de Colaboradores em parceria com a Secretaria Executiva. II)

86 Prorrogação do Prazo de Preenchimento do SISConferência. Encaminhamento: A Comissão
87 Organizadora propõe a análise das solicitações, no entanto, reforça que o prazo máximo, caso haja
88 dilação do mesmo, seja até o dia 10 de novembro de 2017, de forma a não prejudicar o
89 desenvolvimento do trabalho da Equipe de Relatoria para a 11ª Conferência Nacional. III)
90 Tratamento das Moções recebidas no CNAS. Encaminhamento: A Comissão Organizadora
91 recomenda que as moções que forem de competência do CNAS recebam as devidas providências e
92 em caso contrário, as mesmas deverão ser devolvidas ou redirecionadas a quem compete. VI)
93 Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF. Encaminhamento: Foi construída a
94 seguinte pauta conjunta da Comissão Organizadora, da Comissão de Colaboradores e do CNAS
95 para a Reunião Trimestral: Apresentação das Orientações Gerais para participação na 11ª
96 Conferência Nacional de Assistência Social; Apresentação do Modelo de Relatoria para o processo
97 conferencial de 2017; Informes da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência
98 Social. V) Informes: a) Balanço do Prêmio Mérito CNAS; b) Avaliação sobre a participação dos
99 Conselheiros do CNAS em palestras magnas. Encaminhamentos: 01) A Comissão Organizadora
100 sugeriu a elaboração de um roteiro básico com linhas gerais do que deve ser elaborado nas
101 apresentações realizadas pelos Conselheiros do CNAS nas palestras magnas; 02) A Comissão
102 Organizadora sugere que o roteiro seja alinhado com o II Plano Decenal; 03) Os Conselheiros e
103 Colaboradores indicarão, até o dia 14 de setembro, os pontos que devem constar nesse roteiro
104 básico e a Secretaria Executiva organizará o documento e socializará com os membros da Comissão
105 Organizadora. VI) Pauta da Reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de
106 Assistência Social de outubro de 2017: Definição da programação da 11ª Conferência Nacional de
107 Assistência Social e Avaliação da metodologia da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.
108 Explicou que orientações gerais para participação na 11ª Conferência Nacional de Assistência
109 Social serão publicadas através de um Informe CNAS nº 06 e que, existe a necessidade de criar uma
110 Comissão Avaliadora com quatro membros para o Prêmio Mérito CNAS. Registrou que a Secretaria
111 Executiva não recebeu nenhuma sugestão dos pontos que deveriam constar no roteiro básico para
112 orientação da participação dos Conselheiros nas palestras magnas. A Sra. Maria das Mercês de
113 Avelino Carvalho esclareceu que as orientações gerais para participação na 11ª Conferência
114 Nacional de Assistência Social foram apresentadas na Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS
115 e CAS/DF, sendo que foi abordado sobre os custos de pagamento de hospedagem, diária e
116 traslado; os horários de credenciamento; indicação do formato da Conferência Nacional;

117 organização dos estandes; transmissão *on-line* da Conferência Nacional; disponibilização de uma
118 sala com capacidade de 200 pessoas para agendas paralelas; participação dos observadores;
119 participação dos delegados com deficiência; e sobre a indicação de coordenadores de delegação.
120 Iniciando o relato Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social
121 realizada no dia 19 de setembro de 2017, o Conselheiro Carlos Nambu elencou os Conselheiros e
122 convidados presentes e comunicou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Impacto
123 Financeiro Relacionado ao Processo de Certificação de Entidades – Estratégia 3.2 da Meta 03 do
124 Plano de Ação da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social – Apresentar a
125 efetividade da concessão do CEBAS para a Política de Assistência Social. Encaminhamentos: 01) A
126 Comissão sugere a Plenária solicitar a FONIF documento técnico com a memória de cálculo
127 utilizada referente aos valores intangíveis do custo dos serviços ofertados; 02) A Comissão sugere a
128 Plenária solicitar ao FONIF que informe ao CNAS quanto à pesquisa sobre representatividade do
129 setor filantrópico atualizada para envio aos Conselheiros; 03) A Comissão sugere a Plenária
130 solicitar reunião conjunta com a Comissão de Normas da Assistência Social quando for pautado o
131 assunto “Atualização Normativa do CEBAS”. Item II) Debate sobre a Proposta Orçamentária da
132 Assistência Social – PLOA 2018. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere a Plenária agendar
133 emergencialmente visita do Presidente e Vice-Presidente do CNAS ao Ministério do Planejamento
134 para tratar da Proposta Orçamentária da Assistência Social de 2018 – Levar a nota elaborada da
135 Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF; 02) A Comissão sugere a Plenária
136 encaminhar ofício ao Ministério do Planejamento com a Resolução CNAS nº 12/2017
137 demonstrando a relevância da Política de Assistência Social para a sociedade com dados referentes
138 aos atendimentos da Proteção Social Básica e Especial – Consolidar de maneira objetiva o que a
139 Política de Assistência Social faz em benefício do usuário. Item III) Agenda de Acompanhamento
140 do PPA para a Assistência Social – Indicação de metas e iniciativas para o monitoramento do PPA
141 2016/2019. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere a Plenária encaminhar o levantamento das
142 metas ou iniciativas realizadas pelo Ministério do Planejamento e os critérios para seleção das
143 metas ou iniciativas para os Conselheiros da Comissão de Financiamento e de Política; 02) A
144 Comissão sugere a Plenária solicitar reunião conjunta com a Comissão de Política no mês de
145 outubro, para realizar a avaliação e seleção das metas ou iniciativas para monitoramento do PPA
146 2016/2019. Item IV) Definição de pauta para a reunião de outubro de 2017: Apresentação do
147 Relatório de Execução Orçamentária do Fundo Nacional de Assistência Social – 3º trimestre;

148 Retorno referente à Proposta Orçamentária de 2018; Reunião Conjunta com a Comissão de Política
149 da Assistência Social para avaliação e seleção das metas ou iniciativas para monitoramento do PPA
150 206/2019. O Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu que os encaminhamentos da Comissão
151 para a PLOA 2018 são úteis, porém, são insuficientes diante a gravidade da situação e o
152 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos
153 Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS, intuiu que, diante a proposta de corte no orçamento,
154 é necessária uma manifestação de repúdio clara desse plenário e que, poderiam recorrer ao
155 Ministério Público Federal, para que haja uma ação contundente. Sugeriu ir ao Congresso Nacional
156 no período da manhã do dia 21 de setembro, para tentar fazer uma intervenção. O Conselheiro
157 Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP, ponderou que
158 precisam saber quem foram os responsáveis pelo corte no orçamento da Assistência Social e a
159 Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, Representante do Fórum Estadual de
160 Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE, articulou que, como representante dos usuários,
161 gostaria de saber como a Política de Assistência Social funcionará com todos os grandes cortes
162 realizados e inferiu que o Conselho precisa se posicionar e fazer uma incidência política, mostrando
163 que querem o orçamento conforme foi proposto e aprovado. A Conselheira Marisa Rodrigues da
164 Silva, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS, destacou que
165 está totalmente estarecida com a irracionalidade e a irresponsabilidade desse corte no orçamento e
166 informou que o CONGEMAS emitiu uma nota e está articulando com todos os colegiados
167 municipais, inclusive realizando uma frente com os Senadores e Deputados dos estados. Articulou
168 que precisam discutir sobre a reforma tributária, para que sejam enviados mais recursos para os
169 municípios e comunicou que a Diretoria do CONGEMAS estará dialogando com o FONSEAS para
170 que possam fazer uma representação liminar semelhante ao que o SUAS teve recentemente, para a
171 sua defesa. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Representante da Organização Nacional de
172 Entidades de Deficientes Físicos, postulou que a elaboração de uma nota é interessante, porém,
173 entendeu que a melhor opção é judicializar, uma vez que o Ministério do Planejamento está indo
174 contra a LOAS. A Conselheira Elisa Maciel Costa, Representante da Associação Mayle Sara Kali,
175 entendeu que precisam mesmo ir ao Congresso Nacional fazer a defesa do SUAS e sugeriu entrar
176 em contato com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para que seja realizada uma
177 chamada direta e solicite a explicação do Ministro Osmar Terra quanto do Ministério do
178 Planejamento. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, Representante do

179 Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO, explanou que essa questão
180 não foi nenhuma surpresa, tendo em vista que estava sinalizado desde o início desse governo que
181 sua maior finalidade era acabar com o SUAS. Propôs elaborar uma Comissão com todos os
182 Conselheiros para ir ao Congresso Nacional. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho,
183 Representante da Capemisa Instituto de Ação Social, concordou com todas as explicações e relatou
184 que as perdas, caso esse orçamento seja aprovado, terá impactos grandiosos. Ilustrou que precisam
185 elencar todas as propostas apresentadas e definir a ordem e como serão executadas. A Conselheira
186 Leísa Mendes de Sousa, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência
187 Social – FONSEAS, entendeu que a carta assinada pelo CONGEMAS e pelo FONSEAS não é
188 precipitada, pois possuem o papel de fazer a defesa da Política de Assistência Social e salientou que
189 não se senti segura em acalmar os municípios com a proposta existente. A Conselheira Tathiane
190 Aquino Araújo, Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil – REDE TRANS/SE,
191 pontuou que precisam dar mais visibilidade à luta do CNAS e que, é necessário rever a estratégia de
192 propagar as informações, destacando que a judicialização é o melhor encaminhamento. A
193 Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento
194 Social – MDS, arrazoou que a atuação dos Conselheiros governamentais é diária do ponto de vista
195 da política pública e da interface realizada com as demandas no campo do ajuste e a Conselheira
196 Edna Aparecida Alegro, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi –
197 FENAPESTALOZZI, discorreu que está na hora de construir uma Comissão permanente, para tratar
198 sobre essas questões e entendeu que precisam efetivar ações, mostrando o tamanho do problema
199 que esse corte causará e mobilizando o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda. A
200 Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça, Representante do Ministério do Desenvolvimento
201 Social – MDS, parabenizou a Comissão de Financiamento e Orçamento pelo trabalho realizado e
202 afirmou que os servidores também estarão junto nessa luta. A Conselheira Norma Suely de Souza
203 Carvalho informou que são cerca de 13,9 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família,
204 quase 14 mil entidades de assistência social no Brasil e mais de 600 mil trabalhadores no SUAS que
205 serão impactados diretamente. A Conselheira Clátia Regina Vieira, Representante da Federação
206 Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas –
207 FENATIBREF, ilustrou que há muito tempo que esse governo está dando sinal de total desinteresse
208 pela política da assistência e entendeu que precisam focar quais serão as ações realizadas e suas
209 etapas. Ressaltou que essa luta deve começar no CNAS e continuar nos estados. O Presidente Fábio

210 Moassab Bruni explicou que a proposta orçamentária saiu do Ministério do Planejamento e
211 explicou que a mesma contraria a LOAS como também o parecer da Advocacia Geral da União,
212 que cita que os recursos da Assistência Social são obrigatórios. Compreendeu que, nas estratégias
213 macros, devem buscar ser um parceiro interessado na estratégia adota pelo Conselho Nacional de
214 Saúde de ação direta de inconstitucionalidade proposta por um partido político, inclusive incluído a
215 Assistência Social. Intuiu que seria muito interessante as estratégias de se reunir com o Ministério
216 do Planejamento e apresentar os números da trajetória de vida dos usuários e dos trabalhadores,
217 além de elaborar artigos para jornais, realizar gestão junto ao Congresso Nacional e atuar sobre o
218 orçamento de 2017. Sugeriu elaborar uma Comissão para sintetizar os encaminhamentos propostos,
219 indicado o Conselheiro Carlos Nambu para participar da mesma. A Sra. Edna Aparecida Alegro
220 salientou que está claro que quem pagará pelo corte serão as pessoas em vulnerabilidade e entendeu
221 que precisam trazer para os encaminhamentos a decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade
222 relativa à diminuição da verba em 2015 para saúde proposta pela Procuradoria Geral da República,
223 que confirmou que é inconstitucional essa diminuição. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira
224 discorreu que concorda que é necessário fazer uma análise fiscal e que, o melhor encaminhamento
225 seria a criação de um grupo para definir como serão executadas as ações no período da tarde, sendo
226 que a pauta está comprometida diante essa questão. A Conselheira Luziana Carvalho de
227 Albuquerque Maranhão complementou que não podem fechar apenas uma única ação na justiça,
228 uma vez que possuem a possibilidade de o Ministério Público abrir uma ação civil pública e de um
229 grupo de Conselheiros da Sociedade Civil do CNAS abrir uma ação popular. A Conselheira Elisa
230 Maciel Costa sugeriu suspender a pauta das 14h00 às 18h00 desse dia, para que a Comissão defina
231 ações. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho concordou com a sugestão de suspensão da
232 pauta do período da tarde, entretanto, propôs que fossem formados três grupos, o primeiro para
233 elaborar um documento para encaminhamento para os estados, o segundo para pensar nas ações
234 futuras e o terceiro para organizar a visita ao Congresso Nacional. Após várias manifestações, os
235 Conselheiros consensuam em suspender a pauta das 16h00 às 18h00 do período da tarde e o
236 Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu que o Conselho Carlos Nambu seja o ponto focal do grupo
237 que elaborará a redação da nota de repúdio e a Conselheira Edna Aparecida Alegro do grupo que
238 elaborará as ações estratégicas de incidência. Prosseguindo para o Painel: O Perfil dos Usuários do
239 SUAS no Recorte de Gêneros e Empoderamento das Mulheres na Participação das Políticas de
240 Assistência Social, o Sr. Marcos Maia, Representante da Coordenação Geral de Planejamento e

241 Vigilância Socioassistencial do SUAS, cumprimentou a todos e postulou que as mulheres, na
242 Proteção Social Básica, são maioria entre os usuários dos Serviços de Convivência e Fortalecimento
243 de Vínculos – SCFV, em especial entre as que sofreram abuso ou exploração sexual, em situação de
244 acolhimento e em situação de isolamento. Relatou que, em todos os portes de municípios como em
245 todas as regiões em que existe SCFV, a maior parte de atendimentos realizados são de mulheres,
246 salientando que existe uma maioria expressiva nas regiões sul e sudeste. Com relação à Proteção
247 Social Especial de Média Complexidade, explanou que existem mais de 135 mil mulheres vítimas
248 de violência ou violação de direitos que ingressaram no PAEF em 2016, correspondendo a 54% dos
249 casos e salientou que o número de vítimas de violência atendidas no PAEF é maior do que os
250 homens em todas as faixas etárias. Arrazouou que quase 28 mil mulheres adultas ingressaram no
251 PAEF como vítimas de violência intrafamiliar, sendo 11% são de vítimas de situações de violência
252 e violações de direitos e que, dentre as crianças e adolescentes, as mulheres representam 76,6% das
253 vítimas de abuso, 76,3% das vítimas de exploração sexual e 51,3% das vítimas de violência
254 intrafamiliar. Discorreu que, dentre os idosos e pessoas com deficiência que ingressaram no PAEFI
255 como vítimas de violências e violações, as mulheres representam 62,6% das vítimas de violência
256 intrafamiliar entre idosos e 52% das vítimas de violência intrafamiliar entre pessoas com
257 deficiência. Ressaltou que as mulheres não são a maioria de usuárias em outros tipos de serviços de
258 Proteção Social Especial de Média Complexidade como: pessoas em situação de rua e serviços de
259 abordagem e adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Com relação à Proteção
260 Social Especial de Alta Complexidade, articulou que as mulheres são a metade ou mais da metade
261 de usuárias em quase todos os tipos de serviços de acolhimento, exceto aqueles votados
262 exclusivamente para jovens, e adultos e famílias. Comentou que a maioria das unidades dos
263 serviços de acolhimento é direcionada para crianças e adolescentes, sendo que apenas 1,6% das
264 unidades atende mulheres em violência doméstica. Apresentou alguns dados sobre o percentual de
265 mulheres no acolhimento por região e explanou que 90,8% das mulheres no Programa Bolsa
266 Família - PBF possuem a titularidade do benefício, expondo a ambivalência da relação entre as
267 mulheres e o Programa. Ponderou que as mulheres representam 53% dos beneficiários pessoa com
268 deficiência do Benefício de Prestação Continuada – BPC e 59% dos beneficiários idosos e que, em
269 todos os equipamentos e níveis de complexidade do SUAS, as mulheres são a maioria de
270 trabalhadoras, sendo que o percentual de trabalhadoras com nível superior de escolaridade fica em
271 torno de 50% na maioria dos equipamentos, chegando a 69% nos CREAS, porém desce para 28%

272 nas unidades de acolhimento. Destacou que, dentre as coordenadoras e diretoras, o percentual de
273 mulheres fica acima de 80% em todos os equipamentos, chegando a mais de 90% nos CREAS e
274 Centros dia e que, as mulheres são a grande maioria das integrantes dos Conselhos Municipais de
275 Assistência Social, inclusive entre os representantes de usuários, ultrapassando 70%.
276 Complementou que as mulheres também são a maioria nos conselhos estaduais, porém, a proporção
277 de representantes de usuários é menor, ficando abaixo de 70%. Ilustrou que as mulheres ocupam a
278 maior parte dos assentos titulares e cargos de direção nos conselhos municipais, uma vez que essa
279 proporção é ainda maior nos conselhos estaduais. A Sra. Fátima Lúcia Pelaes, Secretaria Nacional
280 de Políticas para as Mulheres - SPM e Presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher,
281 cumprimentou a todos e ilustrou que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM foi
282 baseado nas conferências de mulheres, representadas por todos os segmentos da sociedade civil, que
283 contem metas e propõe diretrizes e ações. Comentou que as ações do PNPM são implementadas
284 com base na transversalidade, tanto no ponto de vista horizontal (entre ministérios), quanto do
285 vertical (municípios, estados e Distrito Federal). Articulou que toda a política é baseada no Plano
286 Nacional de Políticas para as Mulheres, que visa assegurar: igualdade e autonomia econômica;
287 educação para a igualdade; saúde integral para as mulheres; enfrentamento a todas as formas de
288 violência; fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; cultura e
289 esporte; apoiar a mulher em toda sua diversidade, trabalhando para acabar com todo tipo de
290 preconceito; e igualdade para as mulheres jovens, idosas e com deficiência. Informou que a SPM é
291 formada pelos seguintes departamentos temáticos: Departamento de Ações Temáticas;
292 Departamento de Articulação Institucional; Departamento de Enfrentamento à Violência contra a
293 Mulher; e o Departamento de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. Relatou
294 que as principais ações articuladas com a Assistência Social são: direcionamento da usuária da
295 Central de Atendimento à mulher – Ligue 180, para a Rede de Assistência; articulação da Rede de
296 Assistência por meio do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência e; a definição da Política das
297 Casas Abrigo. Apresentou a Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência,
298 esclarecendo que está sendo construído um PRODOC com a ONU Mulheres visando à elaboração
299 da norma técnica da Casa Abrigo e está sendo realizada uma articulação com a Embaixada
300 Britânica para realização de *workshop* de validação e implementação dessa norma técnica.
301 Apresentou também um breve histórico da relação entre a SPM e o MDS e notificou que, a pesquisa
302 do IPEA “Proteção Social Não Contributiva e Relações de Gênero”, mostrou que: I) entre 2005 e

303 2009, o número médio de consultas de pré-natal por beneficiária passou de 3,5 para 4,4 - Entre as
304 não beneficiárias do grupo de comparação, os números foram de 2,9 e 4,3 para os anos da primeira
305 e segunda rodadas, respectivamente; II) PBF amplia em 10 pontos percentuais a decisão individual
306 das mulheres sobre o uso de métodos contraceptivos; III) 42% afirmaram ter passado a frequentar
307 mais os serviços de saúde e 33% a ter mais acesso aos exames do Sistema Único de Saúde (Ibase,
308 2008); IV) 38,2% das titulares afirmaram que seu poder de decisão sobre o dinheiro da família
309 aumentou - 47,7% responderam se sentir mais independentes financeiramente e 27,7%, mais
310 respeitadas por seus companheiros, sendo que somente 3,7% apontaram a existência de conflitos
311 familiares por conta do uso do dinheiro do PBF. Explanou que o estudo revelou uma mudança, a
312 partir da titularidade feminina, em relação à autoridade masculina no espaço doméstico. Destacou
313 que as mulheres estão presentes em quase todas as políticas públicas, convidando a todos a
314 participar da Rede Brasil Mulher, que é uma estrutura de cooperação formada pela integração de
315 parceiros de diversos setores com objetivo de superar a problemática da desigualdade de direitos e
316 oportunidades entre mulheres e homens no Brasil. Expôs sobre os eixos temáticos, a governança e o
317 fluxograma da Rede Brasil Mulher, finalizando a sua apresentação. Abrindo para manifestações, a
318 Conselheira Clátia Regina Vieira entendeu que é necessário reforçar a parceria do MDS com a
319 SPM, por ser um público que interessa muito e arrazoou que sentiu falta de identificar onde estão as
320 mulheres negras. Indagou como se dá a questão das mulheres negras trabalhadoras e usuárias dentro
321 da SPM e explanou que as políticas em parceria com a assistência estão muito ruins, solicitando que
322 a SPM tivesse um contato mais perto com o CNAS. O Conselheiro Samuel Rodrigues,
323 Representante do Fórum Nacional da População de Rua, discorreu que já haviam percebido que as
324 mulheres são a maioria na Assistência Social e salientou que os 19% de mulheres em situação de
325 rua são mais violentadas do que os homens em situação de rua. Questionou como podem trabalhar a
326 questão do fornecimento de kits de higiene e da retirada dos bebês das mulheres em situação de rua,
327 como potencializar a adesão das mulheres em situação de rua na Política de Assistência Social e se
328 é possível utilizar o fundo penitenciário para pensar uma ação na linha de retirada dos bebês. A
329 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão indagou como a SPM tem conseguido
330 manter a visão da mulher, em um governo que manifesta constantemente expressões machistas e
331 como está sendo pensado a intersectorialidade da mulher nas políticas. A Conselheira Tathiane
332 Aquino Araújo questionou se a pesquisa se baseou apenas na mulher ou também na construção da
333 identidade de gênero e postulou que todos sabem pauta não avança no sentido da concretização da

334 visibilização de uma política direta para pessoas transexuais. O Presidente Fábio Moassab Bruni
335 parabenizou todas as apresentações e explicou que o CNAS que tem guiado o processo conferencial
336 adotando uma estratégia muito contundente de defesa do BPC, entendendo que é muito importante
337 o dado sobre o número de mulheres que recebem o BPC no segmento da população idosa. Ponderou
338 que um caminho seria unir com a Política de Defesa dos Direitos da Mulher para defender a parcela
339 da população idosa que recebe esse benefício. A Sra. Fátima Lúcia Pelaes explicou que existem
340 representações dos afrodescendentes e dos transexuais no Conselho Nacional do Direito da Mulher
341 e que, existe uma Coordenação da Diversidade que trabalha diretamente com as políticas e o
342 Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça que trabalha com 122 empresas. Informou que estão
343 elaborando um seminário junto com a ONU Mulher e a União Européia, no dia 18 de outubro, sobre
344 o uso do tempo e ilustrou que a sua responsabilidade como Secretária Nacional de Políticas
345 Públicas é coordenar as políticas públicas em cima das lutas conquistadas, sem focar em governo.
346 Salientou que acredita em seu trabalho e se colocou a disposição. O Sr. Marcos Maia entendeu que
347 precisam estudar e analisar as questões das casas abrigos, especialmente em relação às necessidades
348 das mulheres em situação em violência doméstica e ilustrou que a transversalidade é exatamente o
349 que é buscado como política pública. A Sra. Fátima Lúcia Pelaes comentou que tentaram buscar
350 financiamento para a Casa da Mulher Brasileira e para a casa abrigo através do Fundo Penitenciário,
351 destacando que seria muito interessante. O Sr. Marcos Maia entendeu que a transversalidade exigirá
352 à divisão política de fenômenos e que, se houve uma mulher em situação de rua, a mesma merece
353 ser atendida adequadamente. Informou que existem alguns dados sobre as questões de gênero,
354 entretanto, relatou que essa pesquisa foi realizada apenas com mulheres. A Conselheira Carmem
355 Lúcia Lopes Fogaça enfatizou sobre a violência contra a mulher com deficiência e compreendeu
356 que precisam pensar o que pode ser trabalhado. Manifestou que seria necessário abrir uma frente
357 para as mães, especialmente aquelas que possuem filhos com deficiência, pensando em uma política
358 que dê um suporte maior para diminuir a carga desse cuidado. Com relação às casas abrigos,
359 ponderou que precisam pensar em criar casas adaptadas para as mulheres. O Conselheiro Leovane
360 Gregório arrazoou que acredita que possuem uma série de diagnósticos que precisam ser melhores
361 aproveitados e intuiu que também precisam pensar em estratégias para ter um contato mais
362 aproximado com a SPM. A Conselheira Edna Aparecida Alegro discorreu que o dado da violência
363 crescente contra a pessoa com deficiência intelectual tem lhe preocupado e inferiu que é necessário
364 realizar uma ação. Comunicou que faz parte de uma entidade que acolhe mulheres vítimas de

365 violência doméstica no interior de São Paulo, visto que uma situação exitosa implantada foi o
366 trabalho com o agressor, compreendendo que seria uma ação que poderia ser pensada como política
367 para as mulheres. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira entendeu que existe uma
368 desconstrução das ações relacionada à mulher nesse governo, destacando a possibilidade de as
369 mulheres grávidas trabalharem em lugares insalubres e o aumento da idade mínima para a
370 aposentadoria. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva parabenizou o CNAS por trazer essas
371 informações e questionou com o está o dialogo entre a SNAS e SPM no sentido de avançar e
372 implementar uma maior atenção a política para mulheres na média complexidade. Sugeriu pensar
373 em uma ampliação de metas para a proteção e atendimento a mulher. A Sra. Fátima Lúcia Pelaes
374 concordou que é necessário dar prioridade para as mães de filhos com deficiência e notificou que
375 existe um PRODOC com a ONU, para que a mesma levante o que existe no Brasil referente ao
376 autor da agressão através de uma consultoria. Compreendeu que precisam aproveitar melhor as
377 oportunidades para fazer essa relação entre a SNAS e a SPM e que, poderiam retirar uma pauta
378 conjunta, para que haja uma maior aproximação. Comunicou que realizaram um trabalho, em
379 parceria com a Secretaria de Segurança, de capacitação EAD da rede no SENASP, em que foi
380 incluída a intersetorialidade de gênero, raça, identidade de gênero, orientação sexual e pessoa com
381 deficiência de forma a sensibilizar o profissional de segurança. Sugeriu, talvez, pensar em realizar
382 também uma capacitação EAD para os trabalhadores do SUAS. O Sr. Marcos Maia explanou que
383 existe um atendimento as mulheres, particularmente aquelas vítimas de violência e entendeu que é
384 necessária uma capacitação para melhor qualificar o atendimento em todos os níveis. Ressaltou que
385 é muito importante que os equipamentos tenham outras formas de acessibilidade, sendo que estão
386 incorporando essa questão no desenvolvimento dos equipamentos. O Presidente Fábio Moassab
387 Bruni intuiu que possuem algumas linhas de ação em conjunto que podem ser pensadas, como o
388 BPC, cofinanciamento e capacitação e propôs realizar a discussão dos encaminhamentos em outro
389 momento, para que possam pactuar a ação conjunta. A Conselheira Edna Aparecida Alegro
390 entregou a Secretária Nacional de Políticas para Mulheres uma cópia do orçamento de 2018, para
391 que a mesma entenda que os cortes serão realizados nos serviços e poderão inviabilizar o
392 atendimento as mulheres. A Conselheira Maria Izabel de Amorim se colocou a disposição como
393 Coordenadora Geral da Gestão do Trabalho e Educação Permanente para que seja realizada uma
394 articulação em relação à capacitação e entendeu que através da notificação de violência existente
395 dentro da DATA/SUAS podem pensar a intersetorialidade. Seguindo para o debate do conteúdo da

396 nota de repúdio do CNAS relativo aos cortes da proposta orçamentária da Assistência Social de
397 2018 e elaboração de estratégias, o Conselheiro Carlos Nambu realizou a leitura da nota e realizadas
398 algumas alterações redacionais sugeridas pela Conselheira Edna Aparecida Alegro, a Conselheira
399 Clátia Regina Vieira manifestou a sua preocupação com relação à nota, uma vez que a mesma
400 possui uma linguagem muito formal impossibilitando o entendimento do usuário. O Presidente
401 Fábio Moassab Bruni lembrou que não foi tratado sobre os recursos do PBF e a Conselheira
402 Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão entendeu que o texto deve ficar mais claro possível a
403 população e sugeriu incluir as outras instituições. A Conselheira Marília Paiva de Carvalho,
404 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, entendeu que seria interessante
405 elaborar duas notas, uma de repúdio e outra mais objetiva explanando sobre os impactos e a
406 Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho informou que está redigindo juntamente com a
407 Conselheira Silvia Regina Ramires a base da nota objetiva, que será apresentada. Após vários
408 comentários referentes à nota lida, foram realizadas outras alterações necessárias. Com relação às
409 estratégias, a Conselheira Marília Paiva de Carvalho informou que estão sugerindo que saiam dessa
410 reunião definindo qual serão os atores responsáveis por estar à frente de cada estratégia colocada
411 após a deliberação. Discorreu que as estratégias sugeridas foram: elaboração de um ofício ao
412 Ministro do Planejamento; realização de reunião com a Procuradora Federal do Direito a Cidadania
413 Deborah Duprat; realização de reunião com o Ministério Público Federal, convidando o Sr. Eduardo
414 Sabo Paes; elaboração de um ofício ao Ministro Henrique Meirelles, solicitando uma audiência;
415 realização de mobilização para disseminar as informações a Frente Nacional dos Prefeitos, ao
416 CONGEMAS e ao FONSEAS; criação de *hashtag* nas redes sociais #semorçamentosemsuas
417 #cortenoorçamentofimdosuas; participação da Câmara dos Deputados; elaboração de um artigo para
418 publicação nos principais jornais do país; elaboração de ofício ao Ministro Osmar Terra, solicitando
419 o seu empenho na recomposição do orçamento; elaboração de ofício solicitando uma audiência
420 junto ao Presidente da República. O Presidente Fábio Moassab Bruni entendeu que as *hashtag* são
421 longas, sugerindo utilizar a *hashtag* #respeitoaosuas e o Conselheiro Carlos Nambu lembrou que foi
422 deliberado no relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social o
423 ofício para o Ministro do Planejamento, inclusive contendo os dados necessários. Passando ao
424 relato da reunião da Comissão de Políticas da Assistência Social realizada no dia 19 de setembro de
425 2017, a Conselheira Maria Izabel de Amorim elencando os Conselheiros, convidados e ouvintes
426 presentes. Informou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Balanço da Expansão e

427 Qualificação dos Serviços e Benefícios e as Unidades Socioassistenciais da Proteção Social Básica
428 – SNAS. Encaminhamentos: 01) A Comissão recomenda o encaminhamento da apresentação do
429 Balanço da Expansão a todos os Conselheiros do CNAS, para conhecimento; 02) A Comissão
430 submete a apreciação da Presidência Ampliada à proposta de pautar na Plenária do CNAS de
431 outubro a novembro a apresentação do Programa Progredir, que é iniciativa da Secretaria de
432 Inclusão Produtiva do MDS. Item II) Proposta de Revisão do Capacita SUAS – SNAS.
433 Encaminhamento: A Comissão recomenda a Plenária à aprovação da resolução que revisa o
434 Programa CapacitaSUAS; Item III) Informes sobre a Parceria MDS e Secretaria Especial de
435 Políticas de Promoção de Igualdade Racial sobre a discussão da Igualdade Racial e Gênero no
436 SUAS – SNAS. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere solicitar a SNAS/MDS dados do Censo
437 SUAS e do Cadastro Único em relação à questão racial no SUAS; 02) A Comissão sugere que a
438 SNAS organize uma oficina sobre a questão racial do SUAS durante a 11ª Conferência Nacional de
439 Assistência Social; 03) A Comissão sugere que o CNAS possa colaborar na divulgação da
440 Campanha Digital “Igualdade Racial no SUAS” bem como possa viabilizar espaço para o
441 lançamento dessa campanha na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; 04) A Comissão
442 sugere a Presidência Ampliada incluir como ponto de pauta na plenária de novembro o tema
443 “Igualdade Racial: Não ao Preconceito Institucional”. Item IV) Definição da Metodologia e dos
444 convidados para os temas da reunião da Comissão de Política em outubro: Papel da Assistência
445 Social no Plano de Ação Intersetorial da Prevenção da Violência e da Criminalidade – Convidados:
446 SNAS e a Secretaria Nacional de Seguridade Pública do Ministério da Justiça; Papel da Assistência
447 Social no Acolhimento dos Refugiados Imigrantes – Convidados: SNAS, Conselho Nacional de
448 Imigração e a Agência da ONU para refugiados, ACNUR. A Conselheira Cleonice Caetano Souza,
449 Representante da Central Sindical União Geral dos Trabalhadores – UGT, sugeriu que incluir nas
450 discussões sobre o tráfico de pessoas e a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão
451 explanou que o tema sobre refugiados foi discutido na reunião da Comissão de Acompanhamento
452 aos Conselhos da Assistência Social, uma vez que tem sido uma demanda dos conselhos e sugeriu
453 tentar adequar a programação da reunião, para que a Comissão de Acompanhamento esteja presente
454 nessa discussão ou o tema entrar em plenária. Realizada a leitura das alterações realizadas na
455 resolução do Programa CapacitaSUAS e algumas alterações redacionais, o Conselheiro Leovane
456 Gregório entendeu que o Governo Federal não pode realizar o repasse dos recursos para os estados
457 que não possuem o seu Núcleo de Educação Permanente, sugerindo incluir essa garantia na

458 resolução. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão afirmou que lhe incomoda
459 quando ouve pessoas dizendo que estão aguardando os cursos, compreendendo que é necessário ter
460 um mecanismo para garantir a execução dos cursos quando são repassados os recursos. Salientou
461 que está muito feliz em saber que os estados poderão programar questões de conteúdo próximo as
462 suas realidades. A Conselheira Leísa Mendes de Sousa reconheceu o esforço da proposta de
463 alteração da resolução e ponderou que sentiu falta sobre a disponibilidade de vaga ou
464 direcionamento de um percentual das vagas ofertadas para os trabalhadores estaduais, sobre a
465 possibilidade de ofertar cursos de especialização e sobre a dificuldade de acesso dos gestores. A
466 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva articulou que, talvez, caberia na resolução uma definição de
467 prazos para execução das capacitações e a Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho questionou
468 se existe algum indicativo da possibilidade de participação dos trabalhadores das entidades
469 socioassistenciais nos cursos de capacitação, uma vez que considera imprescindível essa
470 participação. A Conselheira Maria Izabel de Amorim explicou que foi inserido que o estado deve
471 passar as propostas de cursos pelo Núcleo Estadual de Educação Permanente, o que já fomentaria
472 essa implantação e que, o recurso é repassado fundo a fundo e poderá ser repactuado ano a ano,
473 sendo que a vigência do programa é até 2025. Postulou que precisam pensar na educação
474 permanente como um todo, visto que a especialização não é uma ação da CapacitaSUAS e informou
475 que estão com uma parceria com a Fiocruz na organização de vários cursos, que estão sendo
476 ofertados para os estados. A Sra. Caroline Aires, Diretora Substituta do Departamento de Gestão do
477 SUAS, explanou que a criação dos Núcleos de Educação Permanente poderia entrar nas
478 competências dos estados ou como condicionante para partilha dos recursos e que, poderia
479 acrescentar um considerando ao final de resolução estabelecendo o prazo de vigência do programa.
480 Efetivados todos os comentários, o Presidente Fábio Moassab Bruni colocou para deliberação dos
481 Conselheiros a proposta de resolução que revisa o Programa CapacitaSUAS, que foi aprovada por
482 unanimidade. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da reunião da Comissão de Políticas
483 da Assistência Social foi aprovado. Retornando ao debate sobre a nota de repúdio do CNAS relativo
484 aos cortes da proposta orçamentária da Assistência Social para 2018, o Presidente Fábio Moassab
485 Bruni realizou a leitura da nota com as alterações sugeridas e realizadas algumas observações, a
486 nota foi aprovada. A Conselheira Edna Aparecida Alegro questionou se seria levado algum
487 documento ao Congresso Nacional juntamente com a nota de repúdio e o Presidente Fábio Moassab
488 Bruni informou que será levada a planilha de impactos orçamentário, deliberando a impressão de

489 200 cópias de cada documento. **ENCERRAMENTO 20/09/2017:** O Presidente Fábio Moassab
490 Bruni agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro dia da 258ª Reunião Ordinária do
491 CNAS. **ABERTURA 21/09/2017:** O Presidente Fábio Moassab Bruni iniciou o segundo dia da
492 258ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e sugeriu a realização de uma
493 explanação sobre como foi a mobilização realizada no Congresso Nacional no período da manhã,
494 uma vez que a reunião ainda não possui quórum. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira
495 informou que realizaram um debate com várias lideranças no Congresso Nacional e procuraram
496 alguns gabinetes de Deputados, apresentando a nota e a planilha dos impactos orçamentários diante
497 os cortes. Complementou que conversaram com a liderança do PR, que conseguiu entrar com um
498 ofício solicitando audiência com o Ministro Osmar Terra e com o Ministro do Planejamento e a
499 Deputada Luiza Erundina, que pautou o tema na Comissão de Seguridade Social. Salientou que
500 todas as lideranças orientaram em disputar um espaço na Comissão Mista de Orçamento, sendo que
501 é o local que estão os atores que podem viabilizar a demanda. O Presidente Fábio Moassab Bruni
502 solicitou que a Secretária Executiva do CNAS realizasse a verificação do quórum. Verificado o
503 quórum, o Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira acrescentou que a reunião da Comissão Mista
504 de Orçamento será realizada na próxima terça-feira, sugerindo definir as participações dos
505 Conselheiros. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho notificou que a Deputada Luiza
506 Erundina agendou, para a próxima terça-feira a tarde, uma coletiva de imprensa e relatou que a
507 mesma precisa de Conselheiros presentes para informar os detalhes desse movimento. Manifestou
508 que a Deputada Rosângela titular da Comissão Mista de Orçamento já marcou audiência com o
509 Ministro de Planejamento e com o Ministro Osmar Terra e também agendou reuniões com o relator
510 setorial e o relator geral da Comissão Mista para tratar do assunto. O Conselheiro Samuel Rodrigues
511 arrazoou que, nesse processo de articulação, foi enviado um *e-mail* para Procuradora Deborah
512 Duprat solicitando audiência, que respondeu seria possível essa audiência as 16h00 desse dia. O
513 Conselheiro Carlos Nambu explanou que a Deputada Rosângela solicitou o encaminhamento de
514 mais dados sobre o impacto do corte na proposta de orçamento para 2018, para que faça uma
515 melhor defesa e o Presidente Fábio Moassab Bruni comunicou esteve na Comissão de Legislação e
516 Participação e conversou com sua a Presidenta, Deputada Flávia Moraes, que entendeu que o tema
517 deveria ser pauta em uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e
518 Família e com a Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência. Deliberou que o Conselheiro
519 Josenir Teixeira, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva e

520 Conselheira Silvia Regina Ramires participasse da audiência com a Procuradora Deborah Duprat. A
521 Sra. Maria do Carmo Brant, Secretária Nacional de Assistência Social, afirmou que está bastante
522 sensibilizada com engajamento do CNAS na luta em relação ao orçamento e informou que o
523 Ministro está lutando bastante por um orçamento mais robusto para a SNAS e para a SESAN, uma
524 vez que já conseguiu a liberação de R\$ 400 milhões para esse mês. Seguindo para os informes da
525 SNAS, discorreu que o Censo SUAS está disponível para preenchimento, visto que o prazo para o
526 preenchimento será do dia 11 de setembro a 1º de dezembro e o período de ratificação será do dia
527 04 a 08 de dezembro. Articulou que conseguiram o cofinanciamento aos municípios que possuem
528 um maior índice de afetados pela microcefalia e estão propondo a criação de 10 unidades de Centro
529 Dia em nove municípios. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris, Representante do
530 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, postulou que no dia 26 de setembro será realizada
531 uma oficina com os entes federados que realizaram o aceite com relação aos Centros Dia para
532 crianças com microcefalia e notificou que foi instituída a Câmara Técnica sobre os Serviços de
533 Acolhimento, sendo que foi realizada a segunda reunião nesse mês, em que foi realizado um
534 detalhamento específico sobre o serviço de acolhimento para a pessoa idosa. Relatou que receberam
535 933 planos de aplicação de recursos referente ao cofinanciamento das Ações Estratégicas do PETI
536 até dezembro de 2017, sendo que 838 planos foram aprovados pelos Conselhos e que, apenas 50
537 municípios não cofinanciados não enviaram o plano de aplicação. Com relação aos informes do
538 CONGEMAS, a Sra. Marisa Rodrigues da Silva notificou que o CONGEMAS já está lutando com
539 relação ao orçamento, visto que será realizado no dia 28 de setembro o Dia de Mobilização
540 Nacional em Defesa do SUAS e que, o CONGEMAS foi convidado pela Secretária Nacional de
541 Assistência Social para uma reunião no dia 03 de outubro, para tratar sobre a relação entre os entes
542 federados. Prosseguindo para os informes dos Conselheiros, o Conselheiro Benedito Augusto de
543 Oliveira comunicou que participou da reunião do Fórum dos Trabalhadores, realizada no dia 10 de
544 setembro, em Brasília, em que foram retiradas algumas demandas referente à 11ª Conferência
545 Nacional de realização de uma oficina sobre as atividades dos trabalhadores e abertura de espaço
546 para a Mesa Nacional. Complementou que foi elaborada uma moção em relação à questão do corte
547 no orçamento da Assistência Social. O Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu que essas
548 demandas já estão atendidas, uma vez que será realizado o balanço institucional do governo e a
549 explanação da sociedade civil e dos diversos fóruns. O Conselheiro Leovane Gregório notificou que
550 a CIT teve como pauta preliminar: Medidas Socioeducativas, processo de monitoramento e apoio

551 técnico no SUAS, orçamento dos Serviços Socioassistenciais, os informes do BPF, informes do
552 CadÚnico em relação ao BPC e o balanço do Plano de Aplicação do PETI. Explanou que o
553 Secretário Tiago Falcão realizou o informe do Bolsa Família sobre a perspectiva de corte em 2018,
554 cenário de pagamentos e sobre os pagamentos do IGD/Bolsa e que, a discussão do orçamento foi
555 muito complicada, haja vista o cenário colocado. Manifestou que houve o debate e consenso para a
556 revogação da resolução que trata dos critérios de recebimento de recursos pelos CRAS e que, o
557 CONGEMAS está pensando em mecanismos para suspender, por um período, o Programa Criança
558 Feliz, para que seja reorganizado algumas questões. Acrescentou que representou o CNAS no
559 Seminário Indígena com relação à garantia de direitos, em que ficou muito impacto com a situação
560 da Política de Assistência Social para a população indígena, sugerindo realizar uma discussão sobre
561 esse tema no CNAS. A Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça notificou que a SENARC em
562 parceria com a SNAS está realizando oficinas regionais com grupos populacionais tradicionais
563 específicos, justamente para contribuir com a sensibilização dos trabalhadores e gestores do
564 CadÚnico e do PBF. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do
565 Desenvolvimento Social/MDS, arrazoou que a Proteção Social Básica está acompanhando todas as
566 oficinas da SENARC de PTEs, destacando que estão acompanhando também as oficinas regionais
567 da CAISAN e sugerindo que o CNAS também acompanhasse essa agenda. O Presidente Fábio
568 Moassab Bruni discorreu que os informes da Secretaria Executiva do CNAS e da Presidência serão
569 enviados por *e-mail* para todos os Conselheiros. Prosseguindo para o relato da Reunião da
570 Presidência Ampliada, realizada no dia 19 de setembro de 2017, o Presidente Fábio Moassab Bruni
571 elencou os participantes presentes e articulou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item
572 I) Informes das Comissões: a) Comissão de Políticas da Assistência Social sugeriu a Plenária que
573 em novembro fossem apresentados o Programa Progredir e o tema “Igualdade Racial: Não ao
574 Preconceito Institucional”. Encaminhamento: A Presidência Ampliada aprova as sugestões de
575 pauta. Item II) Demandas da Ouvidoria do MDS: a) Irregularidades no PBF, na gestão de benefícios
576 eventuais e de serviços socioassistenciais; b) Irregularidades na aprovação do Plano de Assistência
577 Social de 2017 pela Secretaria Municipal de Assistência Social sem a participação do respectivo
578 Conselho. Encaminhamento: A Presidência Ampliada deliberou por adotar os procedimentos
579 previstos na Resolução CNAS nº 08/2015, que estabelece os procedimentos aplicáveis as denúncias
580 recebidas no CNAS. Item III) Informes: a) PEC 33/2012, que versa sobre redução da maioria
581 penal. Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere encaminhar a nota a Comissão de Política

582 da Assistência Social; b) Programa Bolsa Família - Carta de apoio do FNTSUAS ao manifesto ao
583 Fórum Nacional dos Usuários do SUAS contrário a suspensão do reajuste do PBF e Nota de repúdio
584 do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco a suspensão do reajuste de 4,6% nos
585 benefícios do PBF previsto para julho de 2017. Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere o
586 envio das cartas a SENARC/MDS; c) Gestão do Trabalho – Carta de repúdio do Fórum dos
587 Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS do Distrito Federal sobre o número insuficiente de vagas
588 abertas para o concurso público a ser realizado pela SEDESTMIDH e Carta aberta de repúdio da
589 Prefeitura de Santa Maria/RS frente ao descaso com a Política de Assistência Social enviada pelo
590 Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS. Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere
591 encaminhar a carta para o gestor solicitando informações sobre o quadro de pessoal e sobre o
592 concurso público para contratação para a Assistência Social do Distrito Federal e de Santa Maria/RS.
593 Item VI) Comunicado da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial para participação da
594 VI Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial a ser realizada no dia 27 a 30 de março
595 de 2018, em Brasília. Encaminhamento: A Presidência Ampliada propõe encaminhar para os
596 Conselheiros do CNAS para divulgação. Item VI) Pauta da 259ª Reunião do CNAS de outubro de
597 2017: Dia 16/10 – das 09h00 as 18h00 – Reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência
598 Nacional de Assistência Social. Dia 17/10: das 09h00 as 16h00 – Reuniões das Comissões
599 Temáticas; das 16h00 as 18h00 - Presidência Ampliada. Dia 18/10: 259ª Reunião Ordinária do
600 CNAS - 09h00 as 09h30 – Aprovação da Ata da 258ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da
601 259ª Reunião Ordinária do CNAS; 09h30 as 11h00 – Informes da Presidência, Secretária Executiva,
602 MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das 11h00 as 12h00 – Relato da Comissão
603 Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; das 14h00 as 16h00 –
604 Apresentação sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Assistência Social; das 16h00 as
605 18h00 – Balanço da Proteção Social Básica. Dia 19/10 – Continuação da 259ª Reunião Ordinária do
606 CNAS – das 09h00 as 10h30 – Relato da Presidência Ampliada; das 10h30 as 12h00 – Relato da
607 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00 as 15h00 - Relato da
608 Comissão de Normas da Assistência Social; das 15h00 as 16h00 - Relato da Comissão de
609 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 16h00 as 17h00 – Relato da Comissão
610 de Políticas da Assistência Social. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris solicitou que
611 fosse encaminhada a nota sobre a PEC 33/2012 a todos os Conselheiros do CNAS e fosse remetido
612 o assunto para a Comissão de Normas da Assistência Social. O Presidente Fábio Moassab Bruni

613 relatou que a Secretária Executiva sugeriu indicar que o relato da reunião conjunta entre a Comissão
614 de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e a Comissão de Políticas da Assistência
615 Social será realizado juntamente com o relato da reunião da Comissão de Financiamento e
616 Orçamento da Assistência Social. Com relação à reunião conjunta entre a Comissão de
617 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e a Comissão de Políticas da Assistência
618 Social, compreendeu que, talvez, a mesma deve ser realizada em novembro, havendo a
619 concordância dos Conselheiros. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da
620 Presidência Ampliada foi aprovado. Iniciando o relato da Reunião da Comissão de Normas da
621 Assistência Social realizada no dia 19 de setembro de 2017, a Conselheira Maria Amélia Sasaki,
622 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, elencou os Conselheiros, ouvintes
623 e convidados presentes e postulou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I)
624 Retomada das discussões sobre a minuta de alteração do Decreto nº 5.003/2004, que dispõe do
625 processo de escolha dos representantes da sociedade civil no CNAS. Por motivo de equívoco na
626 comunicação entre a Coordenação de Normas e a Coordenação Geral de Atos Normativos e
627 Judiciais – CONJUR não foi possível a discussão desse item de pauta. Encaminhamentos: A
628 Comissão sugere a Plenária que, na reunião do mês de outubro, a Consultoria Jurídica do MDS
629 apresente a Comissão de Normas a Nota nº 00231/2017 CONJUR/MDS/CGU/AGU referente à
630 minuta de alteração do Decreto nº 5.003/2004, que dispõe do processo de escolha dos
631 representantes da sociedade civil no CNAS. Item II) Apreciação da relação dos projetos de lei que
632 estão em tramitação no Congresso Nacional afetos a Política de Assistência Social.
633 Encaminhamento: 01) A Comissão sugere a Plenária disponibilizar aos Conselheiros da Comissão
634 de Normas a planilha de levantamento das proposições legislativas com impacto na Assistência
635 Social apresentada pela Coordenação Geral de Regulação do SUAS; 02) A Comissão sugere a
636 Plenária solicitar a ASPAR o relatório apresentando das proposições legislativas para envio aos
637 Conselheiros da Comissão de Normas; 03) A Comissão sugere a Plenária que os Conselheiros da
638 Comissão de Normas apontem as prioridades para o CNAS (média de cinco PLs) a partir da
639 planilha de levantamento das proposições legislativas com impacto na Assistência Social
640 apresentada pela Coordenação Geral de Regulação do SUAS; 04) A Comissão sugere a Plenária
641 solicitar a ASPAR que apresente trimestralmente o relatório de proposições legislativas com objeto
642 relacionado à Política de Assistência Social; 05) A Comissão sugere a Plenária solicitar ao
643 DGSUAS disponibilização de informações a cerca dos PLs nos *sites* do CNAS. Item III)

644 Socialização dos conteúdos tratados na oficina de capacitação sobre o preenchimento do CNEAS
645 realizada no estado do Espírito Santo pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada - DRSP
646 do SUAS. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere a Plenária que o DRSP revise as normativas
647 referentes ao CNEAS e seu preenchimento, para vislumbrar a possibilidade de preenchimento pela
648 entidade; 02) A Comissão sugere que o DRSP traga alternativas para a atual necessidade de
649 exclusão de entidades do CNEAS; 03) A Comissão sugere que o DRSP faça a elaboração de um
650 plano de sensibilização dirigido aos CEAS, CMAS, CONGEMAS e FONSEAS. Item IV) *E-mail*
651 recebido pelo CNAS em 14/09/2017 da Fundação de Ação Social da Coordenação de Transferência
652 Voluntárias de Curitiba, que solicitar revisão da Resolução CNAS nº 21/2016, que estabelece
653 requisitos para a celebração de parcerias conforme a Lei nº 13.019/2014 entre o órgão gestor da
654 Assistência Social e as entidades e organizações de Assistência Social. Encaminhamentos: 01) A
655 Comissão sugere a Plenária encaminhar para a DGSUAS o *e-mail* da Fundação de Ação Social para
656 elaboração da resposta – Encaminhar ao demandante com cópia para a Coordenação de Normas.
657 Item V) Definição da pauta para o mês de outubro de 2017: Apresentação do Departamento da Rede
658 Sociassistencial Privada do SUAS referente: normativas que disciplinam a responsabilidade da
659 gestão municipal no preenchimento do CNEAS e possibilidades de autocadastramento; atual
660 processo de exclusão e reflexão sobre a possibilidade de inativar um cadastro e/ou oferta; desenho
661 do plano de sensibilização do CNEAS para os estados, municípios, conselhos, FONSEAS e
662 CONGEMAS; Apresentação da Nota da CONJUR nº 00231/2017, referente à discussão da minuta
663 de alteração do Decreto nº 5.003/2004. A Conselheira Edna Aparecida Alegro sugeriu que houvesse
664 uma rotina de procedimento para que não ocorra outro evento de falta de comunicação e o
665 Presidente Fábio Moassab Bruni afirmou que é indemissível que a Coordenação de Normas tenha
666 cometido esse erro, considerando que assina todos os convites a CONJUR. Entendeu que seria
667 arriscado a apresentação trimestralmente do relatório de proposições legislativas com objeto
668 relacionado à Política de Assistência Social. A Conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça esclareceu
669 que a proposta foi no sentido de ter dados atualizados, para possam acompanhar quais são as
670 prioridades de atuação. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de
671 Normas da Assistência Social foi aprovado. Seguindo para o relato da Reunião Conjunta da
672 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e Comissão de Normas da
673 Assistência Social realizada no dia 18 de setembro de 2017, a Conselheira Mariana de Souza
674 Machado Neris elencou os Conselheiros, convidados e ouvintes presentes. Informou que foram

675 debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Discussão sobre o Protocolo de Gestão Integrada de
676 Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS. Encaminhamentos: 01) As
677 Comissões sugerem a Plenária que a Coordenação Geral encaminhe ao CNAS o sumário executivo
678 da consultoria do Protocolo de Gestão; 02) As Comissões sugerem a Plenária a indicação da
679 Conselheira Edna Aparecida Alegro para acompanhar as reuniões do grupo interno da SNAS, que
680 discutirá a revisão dos Protocolos de Gestão; 03) As Comissões sugerem a Plenária que os
681 integrantes da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e da
682 Comissão de Normas da Assistência Social encaminhe para a Conselheira Edna Aparecida Alegro
683 as contribuições para a revisão do protocolo até o dia 19 de outubro de 2017; 04) As Comissões
684 discutiram ações para mobilização e divulgação após a finalização da revisão do protocolo. Não
685 havendo nenhum comentário, o relato da Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento de
686 Benefícios e Transferência de Renda e Comissão de Normas da Assistência Social foi aprovado.
687 Prosseguindo para o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
688 Transferência de Renda realizada no dia 18 de setembro de 2017, a Conselheira Edna Aparecida
689 Alegro elencou os Conselheiros, convidados e ouvintes presentes e relatou que foram debatidos os
690 seguintes itens de pauta: Item I) Benefícios eventuais no âmbito da Assistência Social –
691 Procedimento adequados a sua concessão. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere que a
692 Secretaria Executiva do CNAS revise as orientações aos Conselhos de Assistência Social
693 atualizada em 2016 sobre os benefícios eventuais – BPC e PBF – com o objetivo de atualizá-la se
694 necessário; 02) A Comissão sugere convidar representante do FONSEAS para discutir benefícios
695 eventuais no âmbito da Comissão em novembro; 03) A Comissão sugere convidar a SNAS para
696 apresentar o balanço do Pacto de Aprimoramento do SUAS 2012/2015 e o acompanhamento do
697 Pacto de Aprimoramento do SUAS 2016/2019 em relação aos benefícios eventuais e BPC em
698 novembro; 04) O protótipo do folder explicativo sobre os benefícios eventuais será encaminhado
699 para os Conselheiros da Comissão por *e-mail*, para contribuição até o dia 30 de setembro de 2017.
700 Item II) Informes Gerais: a) Reforma da Previdência. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere
701 reiterar a recomendação a todos os Conselheiros Nacionais da continuidade da articulação junto ao
702 legislativo, com a solicitação de retirada do BPC da Reforma da Previdência; 02) A Comissão
703 sugere, para consideração do colegiado, visita dos Conselheiros do CNAS a Câmara dos Deputados
704 em outubro (articular com deputado para essa reunião com o Presidente da Câmara seja pautada
705 durante a Plenária do mês de outubro); b) Visita a Formosa/GO. Encaminhamentos: 01) Enviar

706 ofício ao CEAS de Goiás dando conhecimento da visita do CNAS ao município de Formosa/GO
707 para tratar desta lei; 02) Encaminhar o parecer técnico sobre a referida lei, solicita pelo CNAS,
708 SNAS e MDS; 03) Solicitar que o CEAS tome providências em relação à orientação aos Conselhos
709 Municipais de Assistência sobre o tema. Item III) Definição da pauta da reunião ordinária da
710 Comissão para o dia 20 de outubro de 2017: Continuidade da discussão dos Benefícios Eventuais
711 em relação à coordenação, regulamentação, cofinanciamento e apoio técnico aos municípios para a
712 sua operacionalização; Balanço do BPC e Benefícios Eventuais a partir do resultado do Pacto de
713 Aprimoramento do SUAS 2012/2015 e estratégias de acompanhamento do Pacto de
714 Aprimoramento do SUAS 2015/2019; Informes sobre a Reforma da Previdência. A Conselheira
715 Mariana Machado Neris parabenizou a Comissão pelo trabalho realizado e salientou que está muito
716 preocupada com a trajetória que estão buscando para os benefícios eventuais, entendendo que
717 precisam exigir a qualidade da oferta e a elaboração de solicitações que sejam adequadas. A
718 Conselheira Edna Aparecida Alegro explicou que fizeram questão de afirmar e reafirmar que o
719 parecer social para concessão dos benefícios eventuais não pode ser exclusivo de uma categoria
720 profissional e a Conselheira Maria Izabel de Amorim informou que essa discussão já foi
721 encaminhada para a SNAS, sendo que estão debatendo em que medida é necessária a elaboração de
722 uma orientação mais técnica. O Conselheiro Leovane Gregório concordou com o posicionamento
723 da Conselheira Mariana de Souza Machado Neris e intuiu que precisam atrelar os benefícios
724 eventuais aos serviços, para que possam resolver o problema da forma que alguns municípios
725 regulamentam essa questão. A Sra. Régia Prado, Representante do Conselho Federal de Serviço
726 Social – CFESS, intuiu que o primeiro passo seria entender o que é o parecer social e que, se os
727 benefícios eventuais forem compreendidos dentro do processo articulado ao acompanhamento da
728 família não seria apenas o assistente social que teria a competência de elaborar o parecer social. A
729 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva compreendeu que o parecer social é importante no sentido
730 de minimizar a vulnerabilidade e a Conselheira Edna Aparecida Alegro entendeu que ficou claro
731 que não querem restringir direitos, sendo que estão preocupados com as pessoas que ainda não são
732 referenciadas e concordou que citar sobre o parecer social naquele contexto parecer que está no
733 sentido de burocratizar, afirmando que a redação será alterada. Não havendo mais nenhum
734 comentário, o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência
735 de Renda foi aprovado. Iniciando o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos
736 Conselhos da Assistência Social realizada no dia 19 de setembro de 2017, a Conselheira Luziana

737 Carvalho de Albuquerque Maranhão elencou os Conselheiros e convidados presentes e arrazoou
738 que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Informes: a) Demandas respondidas do
739 mês; b) Participação no 11º Congresso Brasileira de Terapia Ocupacional; c) ausências dos
740 Conselheiros membros da Comissão em suas reuniões. Encaminhamentos: 01) A Conselheira
741 Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão conversará sobre a ausência dos membros da
742 sociedade civil na reunião da sociedade civil, enquanto o Presidente Fábio Moassab Bruni fará o
743 mesmo os membros do governo; 02) A Secretaria Executiva fará o levantamento da frequência dos
744 membros da Comissão para ser apresentado na próxima reunião. Item II) Conselhos Municipais
745 com problemas sobre a situação de cadastro no CadSUAS. Encaminhamento: Aguardar as respostas
746 aos *e-mails* enviados e persistir no esclarecimento da questão buscando outros caminhos. Item III)
747 Discussão sobre os resultados parciais de consultoria contratada pelo DGSUAS/SNAS sobre os
748 Conselhos Estaduais de Assistência Social. Encaminhamentos: 01) Envio do ofício conjunto
749 CNAS/SNAS aos CEAS que serão visitados; 02) A Coordenação Geral da Gestão Descentralizada e
750 Participação Social disponibilizará os materiais já produzidos na pesquisa e também os
751 instrumentos da próxima fase da pesquisa (questionários e cronograma de visitação) aos membros
752 da Comissão para conhecimento e contribuições; 03) Os Conselheiros ter o até o dia 27 de
753 setembro para enviar as contribuições ao questionário ao *e-mail* da Coordenação da Comissão e
754 esta, terá até o dia 29 de setembro para envio dessas contribuições a apreciação da equipe da
755 Coordenação Geral da Gestão Descentralizada e Participa o Social; 04) Solicitar aos Conselheiros
756 Nacionais, que em suas participa es nas conferências estaduais, resalte aos CEAS a importância
757 do acesso de informa es para o popula o sobre normativas e atividades dos conselhos. Item IV)
758 Relato dos trabalhos da Subcomissão responsável pela proposta de Seminário em Educa o
759 Permanente do SUAS. Item V) Leitura e discussão da primeira revisão do tutorial de boas vindas
760 aos novos conselheiros de assistência social. Encaminhamento: Os Conselheiros da Comissão
761 receberão um *link* para tutorial com versão inicialmente apresentada pela SAGI e o formulário de
762 ajustes de telas produzidos pela Secretaria Executiva para a revisão n  01, já com as recomenda es
763 incluídas feitas na reunião de setembro. Item VI) Defini o da pauta de outubro de 2017: Informes
764 das Conferências Estaduais; Revisão 02 do tutorial e discussão sobre o seu lançamento;
765 Apresenta o das informa es do DGSUAS sobre a composi o dos conselhos, especialmente
766 sobre a representa o da sociedade civil; Acompanhamento das a es relativas ao Conselhos
767 Municipais com problemas sobre a situa o do cadastro no CadSUAS; Outros Assuntos; Defini o

768 da pauta da reunião de novembro de 2017. O Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu que
769 deveria incluir como encaminhamento a solicitação de apoio do CONGEMAS em relação aos
770 Conselhos Municipais sem presidência e informou que o DGSUAS já minutou o ofício para
771 informar sobre a realização da pesquisa com os CEAS. Não havendo mais nenhum comentário, o
772 relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social foi
773 aprovado. O Presidente Fábio Moassab Bruni lembrou que precisam referendar as indicações dos
774 Conselheiros que irão compor a Comissão de Avaliação do Prêmio Mérito CNAS, sendo que
775 indicou a Conselheira Caroline Miranda Sampaio, Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça e
776 o Conselheiro Leovane Gregório para compusesse a mesma. A Conselheira Silva Regina Ramires
777 notificou que, na reunião com o Ministério Público, foi solicitado o encaminhamento da execução
778 orçamentária de 2016 e 2017, para que sejam realizados os estudos necessários. A Conselheira
779 Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão informou que participará de uma Audiência Pública
780 sobre o BPC na Assembleia Legislativa de Pernambuco e a Conselheira Cleonice Caetano Souza
781 agradeceu pela acolhida de todos os Conselheiros em sua primeira reunião. **ENCERRAMENTO**
782 **21/09/2017:** O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu a presença de todos e encerrou a 258ª
783 Reunião Ordinária do CNAS.

784

785